



UC/FPCE_2016

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Representações sociais de estudantes universitários
relativamente a pessoas deficientes intelectuais**

Sofia Alexandra Marques Reigota dos Santos (e-mail:
sofiareigota.s@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações e do
Trabalho sob a orientação de Professor Doutor Joaquim Pires
Valentim

Representações sociais de estudantes universitários relativamente a pessoas deficientes intelectuais

Resumo

Com o presente estudo pretendeu-se aprofundar a temática da deficiência intelectual, nomeadamente as representações sociais de estudantes universitários acerca deste tema. Realizou-se uma breve revisão de literatura, através da qual foi possível considerar que não só os estudos acerca da deficiência são escassos, como nos estudos até agora efetuados as imagens e perceções acerca das pessoas deficientes são maioritariamente negativas. Esta investigação teve, assim, como principal objetivo compreender se estas perceções negativas persistem.

Deste modo, pediu-se aos participantes que respondessem a seis questões abertas, criando uma história ou situação na qual o deficiente intelectual é o ator principal. Com a informação recolhida procedeu-se a uma análise de conteúdo, na qual três juízes independentes categorizaram o conteúdo das respostas. Os resultados obtidos traduzem-se numa imagem da pessoa deficiente intelectual pautada pela dependência e necessidade de atenção.

Palavras chave: deficiência intelectual, representações sociais, integração socioprofissional.

Social representations of university students about intellectually disabled people

Abstract

The present study aimed to deepening the knowledge about intellectual disability, mainly the social representations of university students on the subject. We held a brief literature review, through which it was possible to consider that studies about disabilities are rare, and those who exist so far, carry out that the images and perceptions about people with disabilities are mostly negative. This research therefore had the main goal of understand if these negative perceptions persist.

Thus, we asked the participants to answer six open questions with the purpose of creating a story or situation in which a person with intellectual disability is the main actor. With the information gathered we proceeded to a content analysis, in which three independent judges categorized the content of the answers. The results translate into an image of intellectually disabled person guided by dependence and the need for attention.

Key Words: intellectual disability, social representations, socioprofessional integration.

Agradecimentos

Em poucas palavras mas sentidas, agradeço ao Professor Doutor Joaquim Pires Valentim pela excelente orientação que me deu, incentivando-me sempre a fazer o meu melhor.

À minha querida Avozinha que todos os dias me mimou, encorajou e contribuiu para que os objetivos a que me propus fossem alcançados.

À Laura, amiga de todas as horas, obrigada por ser um suporte constante e pelas palavras de incentivo que foram tão preciosas.

Às minhas amigas da licenciatura, Bea, Lia, Joana e Sara sem as quais esta caminhada não seria a mesma.

Às minhas amigas de mestrado, Cate, Gabi, Pats e Clau que me acompanharam e ajudaram desde o início da elaboração desta dissertação sendo, por isso, peças fundamentais e insubstituíveis.

Às minhas amigas de Coimbra que desempenharam um papel importante ao longo do meu percurso académico.

Por fim, e não menos importante, a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização desta investigação.

Índice

Introdução.....	1
I – Enquadramento conceptual.....	2
Deficiência Intelectual: evolução histórica e conceito atual	2
Teoria das Representações Sociais.....	3
Deficiência Intelectual e mercado de trabalho	5
Representações Sociais da Deficiência	8
II - Objetivos	11
III - Metodologia	12
Desenho da Investigação	12
Descrição da Amostra	13
Procedimentos de investigação adotados	13
IV - Resultados.....	14
V - Discussão.....	22
VI - Conclusões	27
Bibliografia.....	29
Anexos.....	33
Anexo I: Categorias, Subcategorias e Exemplos.....	34

Introdução

A relação da sociedade com a deficiência tem vindo a modificar-se ao longo do tempo. Até ao século XVIII a deficiência intelectual é confundida com doença mental, sendo apenas vista por uma perspectiva médica, a qual defendia a institucionalização de pessoas com deficiência, afastando-as da restante sociedade. Estas pessoas eram, assim, isoladas com o pretexto de que estariam a ser protegidas, tratadas ou educadas (Aranha, 2001). A partir do século XIX, as potencialidades das pessoas com algum tipo de deficiência começam a despertar interesse e, deixando de ser um campo exclusivo da medicina, a deficiência intelectual passa também a ser estudada pelas áreas da psicologia e da pedagogia (Garghetti, Medeiros, & Nuernberg, 2013).

Atualmente, um deficiente é referenciado como tendo os mesmos direitos que os restantes cidadãos, sendo-lhe reconhecido o poder de livre escolha, bem como o usufruto das diversas oportunidades que surgem no seio das várias comunidades. Cabe, deste modo, à sociedade organizar-se de forma a garantir à pessoa que apresente qualquer tipo de deficiência o acesso a todas as portas (Bezerra & Vieira, 2012). No entanto, para que tal aconteça é necessário que, de facto, a sociedade reconheça o deficiente, neste caso em particular, intelectual, como alguém capaz de desempenhar um papel ativo na obtenção de bons resultados profissionais.

O presente estudo partirá da teoria das representações sociais, na qual Moscovici descreve o sujeito como alguém que participa ativamente na construção da realidade social, não se limitando apenas ao processamento de informações externas, nem se tratando de um produto proveniente da realidade exterior a ele (Santos, 2005). Deste modo, pretende-se compreender as representações sociais de estudantes universitários sobre pessoas deficientes intelectuais e, até que ponto, estes são reconhecidos como tendo autonomia suficiente para ingressarem no mercado de trabalho.

Assim, nesta dissertação começa-se, primeiramente, por fazer um enquadramento teórico acerca da deficiência intelectual (I). De seguida é abordada a teoria das representações sociais, passando-se depois a questões relativas à integração do deficiente intelectual no mercado de trabalho, bem como à evolução histórica das representações sociais sobre a deficiência. São, posteriormente, apresentados os objetivos pretendidos com a realização deste estudo (II), seguindo-se a metodologia, nomeadamente o desenho da investigação, a descrição da amostra e os procedimentos aplicados neste estudo (III). Apresentam-se detalhadamente os resultados obtidos (IV), discutindo-os (V) de seguida e terminando com algumas considerações finais (VI).

I – Enquadramento conceptual

Deficiência Intelectual: evolução histórica e conceito atual

Nas últimas décadas a deficiência intelectual tem vindo a ser melhor compreendida, facto que se tem traduzido em novas e melhores abordagens no que diz respeito ao diagnóstico e ao provisionamento de apoios e serviços a esta área (Alonso & Schalock, 2010). No entanto, apesar de existirem alguns avanços relativamente à conceptualização das limitações que os portadores de deficiência intelectual apresentam, esta evolução tem-se mostrado lenta (Silva & Coelho, 2014).

A Antiguidade Clássica foi uma época na qual o Homem era pressionado pela busca constante da perfeição, onde todos os que se afastavam dos padrões requeridos pela época eram postos de parte pela restante sociedade. As pessoas com limitações físicas e/ou mentais viam, assim, o seu desenvolvimento bastante limitado devido à pouca interação que tinham com os restantes membros da população (Albuquerque, 2007). Já na civilização grega, as crianças com deficiência eram lançadas de montanhas (Sprinthall & Sprinthall, 1994, cit. por Silva & Coelho, 2014), enquanto em Roma eram atiradas aos rios (Correia, 1999, cit. por Silva & Coelho, 2014). Mais recentemente, até à década de 60, a vida de alguém com deficiência era percebida como se de uma tragédia pessoal se tratasse, o que levava a que estas pessoas fossem, constantemente, consideradas vítimas indefesas (Barnes & Mercer, 2005).

No entanto, em 1970, um grupo de pessoas com deficiência deu início àquilo que viria a ser o começo da valorização dos seus direitos civis por parte da sociedade. Para tal, começaram a organizar manifestações onde as barreiras que lhes eram erguidas em relação à educação, ao emprego, a transportes, lazer, relações sociais e sexualidade eram criticadas. Estas iniciativas resultaram no estabelecimento, em 1981, das primeiras organizações controladas por pessoas com deficiência, bem como na nomeação desse ano como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (Barnes & Mercer, 2003, cit. por Barnes & Mercer, 2005).

Atualmente, no século XXI, assiste-se ao desenvolvimento de ideais de aceitação e de igualdade relativamente a pessoas com deficiência intelectual (Wilkinson & McGill, 2009) demonstrando, assim, uma mudança de mentalidade respeitante a esta temática.

Também o conceito em si tem sofrido diversas alterações, destacando-se a substituição do termo deficiência mental por deficiência intelectual. O início da difusão deste “novo” termo deu-se em 2001, no Canadá, na Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, indicada pela

International Association for the Scientific Study of Intellectual Disabilities (IASSID). No entanto, a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AADID), anteriormente designada como Associação Americana de Retardo Mental (AARM), só reconheceu o novo conceito no seu modelo de classificação e sistema de suportes em 2010 (Pletsch & Glat, 2012).

Na atualidade, o termo deficiência intelectual pode ser definido como uma deficiência ao nível do raciocínio, da aprendizagem e da resolução de problemas, bem como do comportamento adaptativo, no qual estão inseridas as capacidades sociais e rotinas quotidianas (American Association of Intellectual and Developmental Disabilities, 2012). Destarte, encontramos numa época pautada pela redefinição de nomenclaturas, metodologias e paradigmas, sendo que a deficiência intelectual se insere neste conjunto e é uma das terminologias a adotar (Silva & Coelho, 2014).

Teoria das Representações Sociais

Apesar de ter surgido na sociologia, o conceito de representação social está muito marcado nos estudos da antropologia, bem como na história das mentalidades. Por outras palavras, a partir dos anos 60 começa a surgir uma enorme curiosidade relativamente a fenómenos que recorrem à consciência e ao imaginário, onde as noções de representação e memória social se inserem e as quais serão alvo de maior atenção a partir dos anos 80. Assim, embora enraizado na sociologia de Durkheim, o conceito de representação social é teorizado por Serge Moscovici e, mais tarde, minuciosamente estudado por Denise Jodelet (Arruda, 2002).

Neste contexto, torna-se pertinente referenciar a teoria das representações sociais, a qual foi elaborada em 1960 por Serge Moscovici, nascendo na dissertação de doutoramento do mesmo, intitulada de *La psychanalyse, son image et son public*. Em 1976 é publicada uma segunda edição com o mesmo título, sendo, assim, nesta obra que Moscovici se propõe a aprofundar o estudo das representações sociais da psicanálise (Castro, 2002).

Na psicologia social, é utilizada a expressão *representações sociais* para referenciar, simultaneamente, a teoria e o objeto estudado. Deste modo, esta expressão remete para um conhecimento produzido no senso comum, constituído numa teoria respeitante a determinados objetos pessoais (Santos, 2005). Estas representações sociais são, assim, percecionadas como o conhecimento geral que um sujeito detém sobre objetos ou eventos, sejam estes materiais ou abstratos. É esse conhecimento que irá dirigir e orientar os comportamentos e ações, ou seja, as práticas e condutas de cada um (Albuquerque, 2007). Isto é, as representações sociais ao serem descritas como formas de conhecimento prático acabam por se estabelecer nas correntes que se debruçam sobre o conhecimento do senso comum.

Presume-se, deste modo, uma rutura com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento, na medida em que este é debatido por estas teorias como um saber convencional. Em contraste, temos as correntes que não estudam só um conhecimento mas todos enquanto saberes, sendo ou não formalizados, tendo como objetivo procurar ultrapassar a distância entre ciência e senso comum (Spink, 1993).

Assim, segundo Santos (2005) falar na teoria das representações sociais é referir-se a um modelo teórico baseado num conhecimento científico que visa compreender e explicar as teorias do senso comum construídas através de um conhecimento leigo. Estas teorias surgem como conjuntos de conceitos articulados, originadas em práticas sociais, bem como em diversidades grupais, as quais têm como principal objetivo atribuir sentido à realidade social, sistematizar as comunicações, gerar identidades e orientar condutas. Isto é, não se pode designar de representação social qualquer conhecimento do senso comum, pois o termo é mais rico do que os limites que este impõe (Santos, 2005; Viana, 2008).

Pela sua vinculação estreita com a Sociologia, esta teoria parte da premissa de que existem diferentes maneiras de nos relacionarmos, guiadas por objetivos, igualmente diferentes (Arruda, 2002). É a interação com o mundo que permite ao sujeito a elaboração de conhecimento, levando-o assim à construção de valores e ideias recorrentes na sociedade, sendo que existe uma procura constante de formas de explicar a realidade que nos envolve e, por isso, se criam as representações sociais (Albuquerque, 2007) que nascem das teorias científicas, mas também da cultura, através de experiências e comunicações quotidianas (Jodelet, 1994).

Estas representações inserem-se numa realidade dinâmica, sendo concebidas pelas pessoas ou pela coletividade, como se de uma extensão do comportamento se tratasse (Viana, 2008). Pode-se afirmar que existem devido ao duplo papel que desempenham, ordenando o real e organizando as interações interindividuais e intergrupais (Veiga, 2006), pois por se tratarem de expressões das atitudes face aos objetos, permitem conhecer o comportamento. Sendo sempre representações de “alguma coisa” e transformando o não familiar em familiar (Viana, 2008), apontam a longo prazo, para a solução de problemas científicos e sociais (Moscovici, 1988). Portanto, usando o termo de Berger e Luckmann (1991), as representações sociais são construções sociais. Ao vivermos num certo espaço social estamos a sentir e experienciar a realidade de uma determinada maneira, assumindo que a nossa forma de ver a realidade é a verdadeira representação do que é real.

As representações sociais são formadas através de dois processos, a objetivação e a ancoragem, que estando ligados um ao outro de forma intrínseca, modelam-se através de fatores sociais (Moscovici, 1961).

A objetivação acontece quando se organizam e materializam os elementos que constituem a representação, ou seja, quando estes “se tornam expressões de uma realidade vista como natural” (Cabecinhas, 2004, p. 128).

Este processo ocorre em três etapas, sendo que na primeira as informações e crenças que existem relativamente ao objeto da representação são selecionadas e descontextualizadas, tendo em conta normas e valores grupais, o que leva a que seja somente retida uma parte da informação disponível. Na segunda etapa, os elementos da representação são organizados, na medida em que formam entre si um padrão de relações estruturadas. Na terceira etapa – a naturalização – os conceitos retidos e as respetivas relações estabelecem-se como categorias naturais, pois obtêm materialidade. Portanto, os conceitos correspondem agora à realidade e o abstrato converte-se em concreto por intermédio da sua expressão em imagens e metáforas (Moscovici 1961; Cabecinhas 2004).

Relativamente ao processo de ancoragem, Cabecinhas (2004) refere que, por um lado este ocorre anteriormente à objetivação e, por outro, ocorre posteriormente. Se o entendermos como precedente à objetivação, o processo de ancoragem diz respeito à circunstância de qualquer tratamento da informação necessitar de pontos de referência – o objeto da representação surge das experiências e dos esquemas previamente estabelecidos. Contudo, se percebermos a ancoragem como processo que segue a objetivação, referimo-nos à função social das representações, pois proporciona uma melhor compreensão acerca da maneira como os elementos representados auxiliam o processo de exprimir e constituir as relações sociais (Moscovici, 1961).

Deficiência Intelectual e mercado de trabalho

Durante muito tempo, a falta ou existência da inclusão de pessoas com deficiência foi vista como dependendo delas próprias, das suas famílias e das entidades especializadas (Ethos Instituto, 2002).

Todavia, a realidade acerca deste tema está em processo de modificação pois existe, cada vez mais, a consciência de que a inclusão destas pessoas prende-se com questões de cidadania, de ética e de diminuição da desigualdade social. Este processo exige, porém, que preconceitos e barreiras respeitantes a este tema sejam superados (Ethos Instituto, 2002). Verifica-se, também, que a utilização de termos depreciativos como “idiota”, “louco” ou “aleijado” tem vindo a diminuir (Veiga & Salgado, 2013), sendo, assim, notório que aos poucos a perceção da sociedade relativamente à deficiência intelectual tem vindo a modificar-se. No entanto, estas pessoas ainda não são vistas por todos como merecedoras dos mesmos direitos que a restante população.

O Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal (SNR, 1995, p. 16) define dois conceitos que se tornam imprescindíveis de reter ao longo desta dissertação. Primeiramente, o de igualdade de oportunidades que se refere ao processo pelo qual os mais variados sistemas existentes na

sociedade se tornam acessíveis a todos, e em segundo, o princípio de igualdade de direitos:

O princípio de igualdade de direitos implica que as necessidades de todos e de cada um tenham igual importância, que essas necessidades sejam a base do planejamento das sociedades e que todos os recursos sejam utilizados de forma a garantir a cada indivíduo uma igual oportunidade de participação.

No entanto, alguns resultados obtidos em estudos recentes (GRACE, 2005) demonstram que as pessoas com deficiência intelectual não usufruem da igualdade de oportunidades referida acima, deparando-se, ainda, com atitudes que revelam exclusão social. No nosso país, ainda que os dados não se refiram especificamente à deficiência intelectual mas sim à deficiência no geral, observa-se que das 448.511 pessoas com deficiência, somente 149.477 conseguem viver do seu ordenado, sendo que os restantes suportam os seus gastos através de reformas e pensões. Encontramo-nos, assim, perante uma realidade alarmante que demonstra a forma como a sociedade vê o deficiente, na medida em que este é tido como um elemento passivo que não consegue criar os seus próprios meios de subsistência (Estanqueiro, 2014).

Estas situações levam a que seja dificultado ou negado aos deficientes intelectuais o acesso a certos bens essenciais, como educação, saúde e trabalho, o que se traduz em baixa escolaridade, pouca circulação e utilização de espaços públicos e dificuldade em inserção social (Toldrá, De Marque, & Brunello, 2010). A igualdade é mais do que o mero reconhecimento da existência do outro, acabando, no entanto, por se limitar à tolerância, sendo esta o sentimento que mais se denota na atualidade como limite do aceitável. Isto é, não se reconhece a diferença como o que cada um de nós tem de único, o que dificulta a solidariedade em relação ao diferente. A sociedade limita-se, quando muito, a tolerar aqueles que são considerados diferentes não os integrando totalmente, o que leva a que estes tenham de aprender a lidar e aceitar esta indiferença (Silva, 2006).

Silva (2006), afirma que as pessoas com deficiência são passíveis de causar alguma estranheza no momento em que se estabelece o primeiro contato, sendo esta atenuada ao longo do tempo, ou não, consoante o tipo de interação e os componentes integrados na relação. Porém, a sociedade atual nem sempre concede o direito de individualidade, dispensando quaisquer vestígios de singularidades individuais.

Os números resultantes de testes de QI que até há um passado recente eram bastante valorizados, são agora apenas um dos critérios a considerar na avaliação do desempenho intelectual, juntamente com a idade e as limitações ao nível das áreas adaptativas. Portanto, “o problema da deficiência” não está apenas no indivíduo em si, residindo em grande parte nas exigências do

meio que movem uma pessoa com dificuldade de desenvolvimento a procurar apoios mais ou menos fortes e de forma continuada ou esporádica (Silva & Coelho, 2014). Como Dias (2013) afirma, é um erro avaliar as capacidades relativas ao desenvolvimento relacionando-as com o tipo de deficiência, porque cada pessoa possui diferentes processos compensatórios consoante a situação ou dificuldade associadas à deficiência que possui.

Deste modo, torna-se pertinente abordar o sentido do trabalho na vida de pessoas com deficiência, ou seja, os efeitos que este provoca e de que forma ajuda a que estas pessoas deixem a condição de isolamento social, de falta de autonomia e comecem a criar os seus próprios vínculos e a atingir os seus objetivos por mérito próprio.

Lima, Tavares, Brito e Cappelle (2013) afirmam que para um deficiente intelectual, a circunstância de ser reconhecido como um trabalhador, não só pelos colegas do trabalho, mas também pela restante sociedade, acarreta um sentimento de competência e, sobretudo, de realização. Estes sentimentos, sobretudo o de realização, emergem do reconhecimento do próprio deficiente como fazendo parte de um grupo de cidadãos que este considera como sendo privilegiados, pois têm a possibilidade de viver uma vida diferente da que a pessoa deficiente vive. Ao se referirem a uma vida diferente, estes autores entendem-na como sendo uma na qual se possui aquilo que é normativo como seja uma casa própria, um carro, um emprego, filhos e meios de subsistência própria. Por último, a realização profissional surge quando a pessoa deficiente intelectual se sente capaz de realizar algumas das tarefas que uma pessoa sem deficiência realiza, o que traz pensamentos positivos e encorajadores, pois a pessoa deficiente intelectual sente que está a vencer as dificuldades existentes ao longo da sua vida.

Neste sentido, Cezar (2012) afirma que as questões respeitantes à autoestima de um adulto deficiente estão relacionadas com a sua inclusão laboral e económica e que as empresas podem contribuir para estes aspetos, na medida em que a responsabilidade social de recrutar e manter colaboradores com deficiência não afeta necessariamente o seu lucro, desde que estes colaboradores se mostrem produtivos. Contudo, estes cargos têm de ser pensados de forma a atender às habilidades profissionais e pessoais do deficiente. Como Redig (2013) indica, o empregador não pode exigir capacidades que a pessoa deficiente não possui, sendo, assim, proposto que sejam criados postos de trabalho que não existem mas que fazem falta ou podem contribuir para a empresa e que possibilitam a adaptação individualizada destas pessoas ao cargo.

Para Barnes (1997) são as atitudes negativas, como a ignorância, hostilidade e preconceito que incrementam a exclusão, sendo por isso vital compreender quando e como começaram a existir os obstáculos à inclusão das pessoas deficientes na sociedade.

Representações Sociais da Deficiência

Segundo Veiga (2006, p. 35) “ao longo da história os olhares sociais sobre a deficiência, embora nunca eliminando a sensação da desordem inicial, tenderam progressivamente a organizá-la institucionalmente ou, pelo menos, a controlá-la, através de práticas como o isolamento”. Neste sentido e uma vez abordada a teoria das representações sociais e a pertinência da integração da deficiência no mercado de trabalho, surge a necessidade de compreender o papel das representações sociais na integração da deficiência. Assim, partindo dos conceitos e teorias explicitados até agora abordar-se-á, de seguida, a evolução histórica das representações acerca da deficiência, de forma a contextualizar os objetivos apresentados mais à frente nesta dissertação.

Na Grécia Antiga, reconhecida como o berço da civilização ocidental, imperava o culto à boa forma física e mental levando a que nos anfiteatros e jogos olímpicos decorressem competições, não só individuais mas também coletivas, entre os homens gregos na procura da excelência ao nível físico e intelectual. Também as mulheres procuravam alcançar um estatuto de beleza, na medida em que as mais fortes eram valorizadas e vistas como capazes de gerar homens vigorosos, saudáveis e com as capacidades requeridas. Ora, nesta obsessão pela perfeição não havia lugar para falhas ou imperfeições, sendo que os recém-nascidos percebidos como não tendo as qualidades necessárias ao sucesso por terem algum tipo de deficiência, eram mortos. O infanticídio passou, deste modo, a ser prática recorrente e em alguns estados tornou-se obrigatória (Barnes, 1997; Cahn, 1990; Devenney, 1997; Veiga, 2006).

Os romanos ao conquistarem a Grécia acabaram por adquirir características da cultura grega, sendo uma delas a prática de infanticídio em crianças doentes. Os recém-nascidos eram abandonados na rua, em florestas ou desertos, deixados em valetas e atirados aos rios, enquanto aqueles que tivessem passado despercebidos à nascença, mas que mais tarde se viesse a notar que tinham alguma anormalidade, eram utilizados como objetos de entretenimento. Os anões e os cegos, por exemplo, eram utilizados nos coliseus para combater mulheres e animais como forma de divertimento da plateia (Devenney, 1997; Veiga, 2006).

Na cultura judaico-cristã, apesar de se venderem as crianças para serem escravas, o infanticídio ou outro tipo de meios que tivesse o propósito de controlar a população eram condenados de forma severa. No entanto, comportamentos diferentes do normal eram vistos como uma forma do demónio entrar no corpo humano, dando esta crença origem a rituais de exorcismo onde a violência exercida pelos sacerdotes levava, por vezes, à morte (Veiga, 2006). A deficiência era percebida como um castigo

consequente de atos pecaminosos (Devenney, 1997), sendo que se encontram na Bíblia milagres referentes à cura de pessoas com deficiência, o que remete para a associação, existente durante toda a Idade Média, entre o pecado e a deficiência (Veiga, 2006). É, no entanto, nesta cultura que as pessoas deficientes começam a ser vistas como doentes e pouco afortunadas, sendo tratadas com pena e por caridade (Devenney, 1997).

Como Guhur (1994) afirma, pode-se verificar que existiram comportamentos variados relativamente às doenças, incapacidades e deficiências do homem, tornando-se possível considerar como prática comum a eliminação ou exclusão das pessoas que, por incapacidades e deficiências diversas, não participavam das atividades que assegurassem a vida material da comunidade ou não correspondiam aos ideais impostos pela cultura. No entanto, no período de transição do feudalismo para o capitalismo assistiu-se a uma mudança de valores, comportamentos e ideologias, resultando numa rutura relativamente às formas anteriores de se representar a deficiência, neste caso em particular, intelectual.

Os avanços tecnológicos e a evolução dos meios de comunicação no século XX impulsionaram a valorização da aparência corporal e intelectual idealizada, o que contribuiu para a perceção do deficiente como alguém que não marca presença no mercado de trabalho sendo apenas membro passivo de uma sociedade que lhe fornece auxílios médicos e estatais, revelando-se assim improdutivo (Devenney, 1997; Veiga, 2006). No entanto, apesar do século XX ser pautado pela discriminação e ignorância relativamente à deficiência intelectual, Tunes, Souza e Rangel (1996), mostram-nos num estudo onde participaram profissionais da área do ensino especial, resultados nos quais o deficiente é percecionado como alguém com capacidades de interação social e afetiva, bem como de aprendizagem.

Na atualidade, dados apresentados no Eurobarómetro (Eurobarometer, 2001) mostram que três em cada quatro europeus refere o acesso a serviços públicos como sendo limitado para pessoas com deficiência, mas todos os 16.172 inquiridos mostram-se contra a ideia do deficiente intelectual ser excluído da restante sociedade. Aliás, 97% dos europeus afirmam que gostariam de ver pessoas deficientes integradas na sociedade, alertando para a necessidade de implementação de medidas que vão ao encontro deste desejo e apenas 40% dizem sentir-se inquietos e/ou apreensivos na presença de pessoas deficientes. No entanto, num estudo respeitante à discriminação na Europa efetuado em 2006, as pessoas deficientes são percecionadas por 51% dos sujeitos inquiridos como sendo as mais prejudicadas no que diz respeito a oportunidades de trabalho, formação ou promoção (Eurobarometer, 2007). Mais tarde em 2011, verificamos a persistência deste pensamento, na medida em que os resultados obtidos num estudo com profissionais de saúde remetem para a desvalorização de características relativas à dimensão profissional presentes no deficiente intelectual (Fernandes, 2011; Valentim & Fernandes, 2012). Neste sentido, os dados resultantes de uma investigação realizada em 2013 com estudantes

mexicanos e portugueses, incrementa esta questão da negatividade associada a este tema, pois a deficiência é descrita pela maioria dos inquiridos como sendo uma questão pessoal, onde o deficiente é percecionado como um ser passivo, dependente, do qual a sociedade sente piedade e compaixão (Veiga & Salgado, 2013). No ano seguinte, Estanqueiro (2014) realiza um estudo que incide nas representações sociais acerca da deficiência intelectual, onde os resultados são congruentes com os restantes estudos efetuados sobre esta temática ao longo dos anos, pois é associada ao deficiente intelectual uma imagem de desintegração, imaturidade relacional e dependência.

Tendo em conta a evolução das representações sociais acerca da deficiência, desde a Grécia Antiga até aos dias de hoje, é possível afirmar que as atitudes da sociedade relativamente à deficiência são, na sua maioria, reveladoras de uma hostilidade e de uma repulsa que trespassou todas as épocas da história da humanidade (Veiga, 2006), sendo, por isso, tão importante dar continuidade aos estudos e tentativas de inclusão destas pessoas, pois como Pedrosa (2015) refere, apesar de existirem pequenas mudanças relativamente às atitudes e impressões perante a deficiência, os sentimentos negativos e de aversão prevalecem.

II - Objetivos

Com a realização desta investigação, partindo da teoria das representações sociais, pretende-se entender quais as percepções que estudantes universitários têm acerca da deficiência intelectual, mais precisamente como imaginam um deficiente intelectual nas mais variadas situações criadas pelos próprios estudantes.

Como foi possível verificar através da pesquisa bibliográfica efetuada, a sociedade, por diversas razões, ainda não está completamente preparada para acolher a deficiência intelectual no mercado de trabalho. Deste modo e uma vez que poucos são os estudos que se centram nas representações sociais sobre a deficiência intelectual, torna-se pertinente aprofundar esta temática. Assim, com a realização deste estudo pretende-se:

- i. Descrever o perfil de um deficiente intelectual aos olhos dos participantes;
- ii. Aprofundar o conhecimento acerca das representações sobre os principais traços caracterizadores da pessoa deficiente intelectual;
- iii. Entender em que medida, para os inquiridos, o deficiente intelectual é percebido como alguém com capacidades socioprofissionais;
- iv. Contribuir para uma compreensão mais clara acerca da deficiência intelectual, na medida em que os resultados provenientes desta investigação possam servir para fornecer informações necessárias e relevantes ao processo de integração social do deficiente intelectual, não só no mercado de trabalho como, também, na sociedade em geral.

III - Metodologia

Desenho da Investigação

O presente estudo apresenta um desenho exploratório de carácter qualitativo, na medida em que se foca e aprofunda um tema ainda pouco conhecido e explorado, recorrendo à análise de conteúdo. Esta é apontada como sendo uma das técnicas mais utilizadas em estudos empíricos realizados pelas diferentes ciências sociais e humanas. A prática da análise de conteúdo visa, deste modo, simplificar a informação para que seja possível potenciar a apreensão e se possível a explicação (Vala, 1986).

Para a recolha de dados utilizou-se o método do inquérito por questionário autoadministrado (Hill & Hill, 2000), pois apesar de mostrar algumas desvantagens, (possibilidade dos traços dos inquiridos poderem afetar os resultados; deseabilidade social), traz, igualmente, características que, tendo em conta as condições do presente estudo, se mostram bastante vantajosas, nomeadamente o seu baixo custo, o facto de poder ser aplicado a um número mais largo de população (Brewerton & Millward, 2001), e a influência do investigador nas respostas ser mínima (Velde, Jansen, & Anderson, 2004).

No que diz respeito aos instrumentos utilizados na recolha de dados, recorreu-se à aplicação de um questionário traduzido e adaptado do questionário “*Ricerca Sui Diritti Dei Minori*” elaborado por Petrillo e Donizzetti (2005). Paixão, Almeida e Rosa-Lima (2013) aplicaram este questionário num estudo acerca das representações sociais sobre a adolescência, onde inquiridos foram convidados a imaginar e descrever uma situação que envolvesse um/a adolescente. No nosso estudo, à semelhança da investigação destes autores, foi pedido aos inquiridos que imaginassem e descrevessem uma situação na qual está presente uma pessoa deficiente intelectual, sendo que estes responderam por escrito às seguintes questões abertas:

1. Quem é o deficiente intelectual?
2. Onde está?
3. Com quem está?
4. O que está a fazer?
5. Porque está a fazer isso?
6. O que pensa/sente?

Descrição da Amostra

Participaram nesta investigação 181 estudantes universitários de ciências sociais e humanas com idades compreendidas entre os 17 e os 36 anos ($M = 20,5$; $DP = 2,3$), sendo 71 participantes do sexo masculino (39%) e 110 do sexo feminino (61%).

Procedimentos de investigação adotados

Num primeiro momento procedeu-se à transcrição na íntegra de todas as respostas, com o intuito não só de criar uma base de dados como, também, ganhar familiaridade com a informação recolhida. Esta “leitura flutuante” permitiu uma maior compreensão relativamente às possíveis categorias a formar (Pedrosa, 2015). De seguida, iniciou-se o processo de análise de conteúdo. Esta análise foi realizada segundo os princípios da objetividade, fidelidade, homogeneidade, exclusão mútua e pertinência, propostos por Bardin (1994).

De modo garantir a fiabilidade dos dados, procedeu-se à reprodutividade ou fiabilidade intercodificadores, a qual segundo Lima (2013, p. 12) “designa o grau em que é possível recriar um processo de recodificação em diferentes circunstâncias, com diferentes codificadores”. Assim, esta codificação foi feita num primeiro momento de forma independente, na medida em que não existiu contacto entre os juízes durante a mesma nem se tentou chegar a consensos prévios relativamente ao “encaixe” de texto nas várias categorias (Coutinho, 2011). Por outras palavras, foi feita a categorização por três juízes independentes, em que os casos onde se verificaram diferenças fomentaram uma discussão entre os juízes da qual resultou um aperfeiçoamento da análise com a criação de novas categorias.

Na análise das questões 1, 4 e 6, construíram-se dimensões onde estão contidas diversas categorias. Nas restantes questões não foi necessário recorrer à criação de mais do que uma dimensão em cada.

IV - Resultados

Ao longo do presente capítulo irão ser apresentados, de forma detalhada, os resultados provenientes da informação recolhida nesta investigação. Todas as dimensões, categorias, subcategorias e respetivos exemplos encontram-se no Anexo I.

Quem é o deficiente intelectual?

As respostas à primeira pergunta, *Quem é o deficiente*, encontram-se organizadas em dezassete categorias, inseridas em cinco dimensões como é possível observar no Quadro 1:

Quadro 1. Dimensões e respetivas categorias das respostas à pergunta *Quem é o deficiente?*

Dimensões	Categorias
I - Retrato sociodemográfico	-Criança
	-Jovem
	-Adulto
	-Sexo Feminino
	-Sexo Masculino
II- Dados Relacionais	-Desconhecido
	-Amigo/amiga
	-Familiar
	-Alguém que não é desconhecido
III - Vertentes da deficiência	-Cadeira de Rodas
	-Esquizofrenia
	-Trissomia 21
	-Invisual
IV - Generalização conceitual	-Iguar a todas as outras pessoas
	-Diferente das pessoas “normais”
V - Integração	-Profissional
	-Estudante

Em cada dimensão estão presentes as várias categorias a que se chegou, como se poderá observar através das tabelas apresentadas ao longo da descrição de resultados. Deste modo, nas tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 encontra-se o número de participantes que mencionou cada categoria, bem como as respetivas percentagens. De forma a enriquecer a apresentação de

resultados são apresentadas algumas ilustrações com excertos das respostas dadas pelos inquiridos.

A Tabela 1 é referente à Dimensão I, na qual 11% dos sujeitos afirmam que o deficiente intelectual é uma criança, 19,9% que se trata de um jovem e 12,1% de um adulto. Ainda nesta dimensão encontram-se as categorias *sexo feminino* e *sexo masculino*, sendo que 12,1% dos sujeitos imaginam o deficiente intelectual como sendo do sexo feminino, enquanto 38,7% afirma que este é do sexo masculino.

Tabela 1. Número de participantes e respetivas percentagens (%) que enunciam as categorias da Dimensão I – Retrato sociodemográfico.

	Criança	Jovem	Adulto
Nº de participantes	20	36	22
% de participantes	11%	19,9%	12,1%

No que diz respeito à Dimensão II, observa-se (Tabela 2), primeiramente, que as respostas dos estudantes se dividem por um lado, entre os que afirmam que o deficiente é alguém desconhecido (5,5%) e os que, por outro lado, dizem que o deficiente intelectual é alguém que estes conhecem (15,5%). Assim, 3,3% dos sujeitos imagina o deficiente intelectual como sendo seu amigo e 5% como sendo um familiar. Três sujeitos referem o deficiente intelectual como sendo seu/sua primo/a. É, também, referido um filho, um irmão e um tio. Os três restantes dizem apenas que se trata de um familiar, não especificando o grau. Já na categoria *Alguém que não é desconhecido* foram inseridas as respostas de 13 estudantes (7,2%), nas quais o deficiente intelectual é visto como alguém que é conhecido do sujeito, mas não se trata de um amigo nem de um familiar. Alguns sujeitos referem-no como sendo um colega de escola e os restantes não fornecem informação relativamente ao tipo ou grau de proximidade existente

Tabela 2. Número de participantes e respetivas percentagens (%) que enunciam as categorias da Dimensão II – Dados relacionais.

	Desconhecido	Conhecido		
		Amigo/amiga	Familiar	Alguém que não é desconhecido
Nº de participantes	10	6	9	13
% de participantes	5,5%	3,3%	5%	7,2%

A Dimensão III diz respeito a algumas das vertentes da deficiência intelectual. Nesta dimensão encontram-se as categorias *Cadeira de rodas*, *Esquizofrenia*, *Trissomia 21* e *Invisual*, nas quais estão inseridas as respostas referentes ao deficiente intelectual como estando numa cadeira de rodas, como tendo esquizofrenia, trissomia 21 e sendo invisual, respetivamente. Deste modo, para seis (3,3%) dos estudantes inquiridos o deficiente intelectual não tem mobilidade e, por isso, depende de uma cadeira de rodas para se deslocar. Para três estudantes (1,7%) este é esquizofrénico, para treze (7,2%) tem trissomia 21 e para dois (1,1%) é cego.

Na Dimensão IV estão inseridas as respostas que dão uma noção de generalização conceitual acerca da deficiência intelectual, onde a maioria (16,6%) dos estudantes explicou por palavras suas o que é um deficiente intelectual e não quem é. Por outras palavras, escreveram a definição do conceito de deficiência intelectual¹, em detrimento da descrição de uma pessoa deficiente intelectual. Os restantes estudantes dividiram-se entre dois pólos opostos, sendo que 2,2% afirmou que o deficiente intelectual é alguém igual a todas as outras pessoas, enquanto para 3,9% este é diferente, sendo na maioria dos casos referido como “diferente das pessoas normais” ou como “não sendo uma pessoa normal”.

A última dimensão das respostas sobre “quem é o Deficiente Intelectual” diz respeito aos estudantes que o imaginaram como alguém que estuda na universidade ou que tem um emprego. Deste modo tendo em conta as categorias da Dimensão V, é possível concluir que 1,7% dos sujeitos inquiridos insere a pessoa com deficiência intelectual num contexto profissional dizendo, por exemplo, que este se trata de “um funcionário das finanças”. Também nesta dimensão encontramos a categoria *estudante* onde o deficiente intelectual é inserido num contexto académico por 2,8% dos participantes.

Onde está?

Nas respostas a esta pergunta obteve-se uma menor variedade de informação, pelo que se criou somente uma dimensão (Dimensão VI). Assim, esta contém sete categorias, sendo que podemos observar os dados relativos às respostas destas perguntas na Tabela 3.

Na categoria *Domicílio*, foram inseridas as respostas dos estudantes universitários inquiridos que mencionaram a “casa” como o local onde o deficiente intelectual se encontra. Uma percentagem de 18,2% dos estudantes referiu que este está “num instituto que visa o desenvolvimento cognitivo do deficiente intelectual”, “numa instituição dedicada ao cuidado de pessoas deficientes mentais” ou “num centro especializado para

¹ Cinco destes trinta sujeitos, na sua definição afirmam que a pessoa deficiente intelectual é diferente dos outros, estando, por isso, as suas respostas inseridas em ambas as categorias *Diferente das pessoas “normais”* e *Definição do conceito*.

deficientes” o que remete para a categoria *Instituição especializada*. Num contexto académico observa-se a categoria *Escola* onde foram inseridas respostas como “está na sala de aula”, “na escola” ou “no pátio da escola” e a categoria *Universidade* onde os participantes escreveram que o sujeito se encontra “na faculdade” e/ou “no bar da faculdade”. Em último lugar, é importante referir as duas categorias que têm uma maior e menor percentagem de respostas a esta pergunta. A categoria *Trabalho* onde os participantes escreveram que o deficiente se encontra a trabalhar, e a categoria *Sítio Público* onde são mencionados locais como autocarros, jardins, cafés, entre outros.

Tabela 3. Número de participantes e respetivas percentagens (%) que enunciam as categorias da Dimensão VI - Locais onde o deficiente se encontra.

	Domicílio	Hospital	Instituição especializada	Escola	Universidade	Trabalho	Sítio público
Nº de participantes	20	6	33	31	6	4	55
% de participantes	11%	3,3%	18,2%	17,1%	3,3%	2,2%	30,4%

Com quem está?

A terceira pergunta solicitava aos participantes que escrevessem com quem está a pessoa deficiente intelectual descrita anteriormente. Deste modo, tendo em conta as respostas obtidas optou-se por dividir, num primeiro momento, a informação em duas categorias, *Sozinho* e *Acompanhado*, contidas na Dimensão VII. A categoria *Sozinho* diz respeito às respostas de 10% dos sujeitos, os quais imaginaram o deficiente intelectual sozinho. No pólo oposto, existem 90% de sujeitos que afirmam nas suas respostas que este se encontra acompanhado.

Na Tabela 4, são apresentadas as subcategorias da categoria *Acompanhado*. Observa-se, deste modo, uma percentagem de 7,2% estudantes que apontam outros deficientes intelectuais como sendo a companhia da pessoa descrita. Também nesta subcategoria, 18,8% dos sujeitos imagina o deficiente intelectual acompanhado por profissionais especializados “como psicólogos, auxiliares, professores”, “técnicos” e “médicos”. Já a maioria dos estudantes, ou seja 33,7%, mencionou os familiares, principalmente a mãe, como sendo a companhia da pessoa imaginada. Mencionaram, também, que este está com o/a professor/a, e que se encontra com os colegas de escola e/ ou faculdade. A categoria seguinte *Colegas de trabalho/patrões/clientes*, diz respeito às respostas de 2,2% dos inquiridos onde o deficiente intelectual está em contexto de trabalho. Por último, na categoria *Acompanhado por alguém* foram inseridas as respostas

onde era notório que o sujeito não estava sozinho, mas a informação era um pouco vaga relativamente a quem o acompanhava.

Tabela 4. Número de participantes e respetivas percentagens (%) que enunciam as subcategorias da categoria *Acompanhado*.

	Deficientes intelectuais	Profissionais especializados	Familiares	Professor/a	Amigos	Colegas	Colegas de trabalho/patrões/ clientes	Acompanhado por alguém
Nº de participantes	13	34	61	11	15	11	4	14
% de participantes	7,2%	18,8%	33,7%	6%	8,3%	6%	2,2%	7,7%

O que está a fazer?

No que concerne às respostas fornecidas na quarta pergunta, a informação recolhida foi dividida em duas dimensões, a Dimensão VIII que diz respeito a ações de integração social relacionadas com a deficiência intelectual e a Dimensão IX relativa a ações de rotina e lazer.

Os resultados da dimensão VIII encontram-se na Tabela 5 e contêm nela quatro categorias. A categoria *Atividades com auxílio* contém as respostas onde os inquiridos colocam o deficiente intelectual a realizar “trabalhos manuais”, “atividades lúdicas” e “jogos de aprendizagem” com o “auxílio do professor”. A categoria denominada *Ações resultantes da deficiência*, abarca diversas respostas como, “está a realizar movimentos repetitivos e sem lógica aparente”; “bater em pessoas aleatoriamente”; “a brincar com os mesmos objetos, vezes sem conta”, entre outras. Todas estas respostas são explicadas pelos sujeitos que as deram, como sendo ações que resultam da deficiência que o sujeito tem, ou seja, este age de determinada forma devido à sua deficiência, fazendo-o sem ter noção disso. Pensou-se em ligar a categoria referida anteriormente e a categoria *Tratamento*, no entanto, as respostas contidas nesta segunda não remetiam para uma ação “inconsciente” do deficiente. Também se referiu que o deficiente intelectual se encontra a receber tratamento. Já a categoria *Nada*, como o nome indica, diz respeito às respostas onde o deficiente é referido como estando “quieto”, “simplesmente sentado”, ou mesmo “sem fazer nada” sendo que 3,3% dos estudantes respondeu desta forma.

Tabela 5. Número de participantes e respetivas percentagens (%) que enunciam as categorias da Dimensão VIII – O que o deficiente intelectual está a fazer.

	Atividades com auxílio	Ações resultantes da deficiência	Tratamento	Nada
Nº de participantes	22	15	2	6
% de participantes	12,2%	8,3%	1,1%	3,3%

Os resultados obtidos na Dimensão IX podem ser observados na Tabela 6, onde estão contidas sete categorias. Aqui o deficiente intelectual encontra-se a “jogar à bola” e a “brincar com legos”, ou “sentado a ver quem está a passar”, a “olhar para os que o rodeiam” e/ou “a contemplar o espaço”. A categoria que contém um número mais elevado de respostas é a *Ações de integração social* que diz respeito a ações que visam a continuação de algo que se está a fazer anteriormente ou que se fazem por lazer. Assim, neste caso a maioria dos estudantes, afirma que o deficiente está “no bar a conviver com os amigos”, “a comprar selos e enviar correspondência”, “a atravessar a rua”, “a pagar o que consumiu”, entre outros. É possível observar que as duas categorias com a percentagem mais baixa, ambas com 3,9%, são *Passear* e *Trabalhar*. Sobre a categoria *Conversar*, na qual o deficiente é referido como estando a “socializar, falando de diversos assuntos”, “conversar e trocar ideias” e/ou “contar o seu dia-a-dia”.

Tabela 6. Número de participantes e respetivas percentagens (%) que enunciam as categorias da Dimensão IX – Rotina e Lazer.

	Brincar	Admirar/olhar em redor	Ações de integração social	Passear	Ver televisão	Trabalhar	Conversar
Nº de participantes	14	15	42	7	11	7	17
% de participantes	7,8%	8,2%	23,2%	3,9%	6%	3,9%	9,4%

Porque está a fazer isso?

Na quinta pergunta foi solicitado que, tendo em conta as respostas à quarta pergunta, os estudantes universitários indicassem o motivo pelo qual o deficiente intelectual está a realizar a atividade descrita por estes. Com a informação recolhida, chegou-se à Dimensão X, nomeadamente às cinco categorias cujos resultados se encontram na Tabela 7. O motivo menos mencionado pelos estudantes remete para o desejo de atenção por parte do deficiente intelectual, bem como a sensação de exclusão, sendo que 5,5%

dos inquiridos respondeu que este estava a agir de determinada forma “porque deseja atenção”, “porque os outros meninos não querem brincar com ele por ele ser diferente”, “porque ninguém quer estar com ele”, entre outros. Já a categoria com maior percentagem é a *Porque é normal fazer-se*, sendo que alguns dos estudantes escreveu nas suas respostas algo que complementava a resposta à quarta pergunta enquanto outros escreveram literalmente “porque é normal fazer-se”. Observa-se, também, na categoria *Ganhar autonomia* que uma percentagem dos sujeitos vê as ações do deficiente como algo que o ajudará a “melhorar a vida” e “a desenvolver as suas capacidades” “para que futuramente o consiga fazer sem ajuda”. Neste sentido, 9,9% dos estudantes justifica as ações descritas na pergunta anterior através das respostas contidas na categoria *Gosta e sente-se feliz*. Por último, a categoria *Repercussões da deficiência*, diz respeito às ações que o deficiente pratica “porque é instável”, “porque é inerente à sua doença” e “porque tem dificuldades de compreensão”.

Tabela 7. Número de participantes e respetivas percentagens (%) que enunciam as categorias da Dimensão X- Porque é que o deficiente intelectual está a agir de determinada forma.

	Ganhar autonomia	Deseja atenção e sente-se excluído	Repercussões da deficiência	Gosta e sente-se feliz	Porque é normal fazer-se
Nº de participantes	29	10	31	18	54
% de participantes	16%	5,5%	17,1%	9,9%	29,8%

O que pensa/sente?

Nesta sexta e última pergunta os inquiridos, pensando nas respostas que tinham escrito anteriormente e na história que tinham construído, escreveram os sentimentos e/ou pensamentos que atribuíram ao deficiente intelectual. Dessas respostas surgiram duas dimensões, a Dimensão XI – Sentimentos e pensamentos positivos e a Dimensão XII – Sentimentos e pensamentos negativos.

A Tabela 8 permite observar os resultados nas seis categorias que constituem a Dimensão XI. Na categoria *Felicidade*, refere-se que o deficiente intelectual sente “felicidade”, “entusiasmo” e “contentamento”. Uma baixa percentagem dos estudantes inquiridos afirma que o deficiente se sente “satisfeito” e uma maior percentagem que este “sente-se bem”, “ajudado, acarinhado”, “tranquilo” e “seguro”. O deficiente é, também, visto por 1,7% dos participantes como tendo uma atitude esperançosa, na medida em que mostra “confiança de que no futuro será capaz de manter um relacionamento social com um grupo de amigos” e “pode aprender coisas novas e úteis para a sua vida futura”. Em último lugar, a categoria

Pensamentos habituais contém as repostas de 8,3% dos estudantes universitários, surgindo no seguimento de outras categorias referidas anteriormente nas restantes perguntas, uma vez que diz respeito a pensamentos consequentes do que se está a fazer no momento, v.g, “pensa em chegar ao seu destino” e “pensa na tarefa que está a executar”.

Tabela 8. Número de participantes e respetivas percentagens (%) que enunciam as categorias da Dimensão XI – Sentimentos e pensamentos positivos.

	Felicidade	Satisfação	Segurança e conforto	Esperança	Pensamentos habituais
Nº de participantes	33	5	21	3	15
% de participantes	18,2%	2,8%	11,6%	1,7%	8,3%

Os resultados da Dimensão XII estão na Tabela 9, onde é possível observar a categoria *Solidão, discriminação, exclusão* onde os estudantes inquiridos referem que a pessoa retratada se sente “isolada e discriminada” e, também, “que toda a gente à volta olha para ela e sabe que ela é diferente”. No mesmo contexto, 8,8% refere na categoria *Infelicidade* que esta sente “infelicidade” e “tristeza”, enquanto 6% fala de sentimentos de “revolta” e “frustração”. São mencionados, também, sentimentos e pensamentos de “impotência” e “dependência”, inseridos na categoria *Falta de autonomia*. Ambas com igual percentagem, as categorias *Confusão* e *Cansaço*, dizem respeito a pensamentos dúbios e pouco claros, bem como a sensações de exaustão, respetivamente.

Tabela 9. Número de participantes e respetivas percentagens (%) que enunciam as categorias da Dimensão XII – Sentimentos e pensamentos negativos.

	Tristeza	Frustração	Falta de autonomia	Cansaço	Confusão	Solidão, discriminação, exclusão
Nº de participantes	16	11	7	4	4	22
% de participantes	8,8%	6%	3,9%	2,2%	2,2%	12,2%

V - Discussão

A análise dos nossos resultados possibilita a descrição do “protótipo” de um deficiente intelectual aos olhos de estudantes universitários inquiridos.

Deste modo, se os dados forem vistos de uma perspectiva global e forem tidas em conta apenas as categorias com os maiores números de percentagem, o deficiente intelectual é um jovem, do sexo masculino. É um conhecido, mas não muito próximo, com trissomia 21, o que o torna diferente das pessoas “normais”. Este encontra-se num sítio público, acompanhado por familiares, a realizar ações que sucedem algo, como por exemplo “atravessar a rua para chegar ao outro lado” ou “ir aos correios para enviar uma carta”, sendo que “é normal fazer-se”, o que lhe traz sentimentos de felicidade, conforto e segurança. Ainda nesta perspectiva, a imagem relativa à pessoa deficiente intelectual é de alguém dependente que necessita de apoio especializado, encontrando-se na maioria das vezes acompanhado por familiares e profissionais que o auxiliam nas suas atividades. Apesar de frequentar sítios públicos, raramente o faz sozinho e, se o faz, mostra-se confuso ou com medo, o que vai ao encontro dos dados divulgados por Estanqueiro (2014), os quais remetem para a inadaptação resultante de uma imaturidade relacional e intempestividade encontradas, também, nos nossos resultados como será possível verificar ao longo desta discussão.

Deste modo, começando pela primeira pergunta, a maioria dos estudantes indicou o deficiente intelectual como alguém conhecido mostrando, porém, uma certa distância relativamente à relação que mantém com este, pois foi apenas citado por seis e nove estudantes como sendo um amigo ou familiar, respetivamente. Muitos foram os estudantes que ao invés de imaginarem uma pessoa com deficiência intelectual escreveram definições nas quais o deficiente é “alguém pouco independente, com pouca responsabilidade, em que os pais têm necessidade de cuidar dele e olhar por ele”. Esta definição remete para a falta de autonomia associada à deficiência intelectual, a qual é notória nas respostas recolhidas e será explorada mais à frente neste capítulo. Ainda no que diz respeito à primeira pergunta, as respostas dos estudantes que associam a deficiência intelectual à incapacidade física, na medida em que percecionam o deficiente como estando dependente de uma cadeira de rodas, seguem a mesma linha de resultados obtidos num estudo sobre representações sociais de pessoas deficientes intelectuais acerca da deficiência (Valentim & Dinis, 2014).

Em último lugar, tendo em conta a primeira pergunta, é fulcral abordar-se a circunstância de o deficiente intelectual ser visto como alguém que trabalha nas finanças ou na casa de chá (da APPACDM), ou como alguém que estuda numa universidade. Ainda que por uma minoria, a verdade é que o deficiente intelectual é percecionado por estes oito sujeitos como alguém integrado na sociedade, sendo que as suas respostas

demonstram que, tal como Aranha (1995) afirma, a deficiência, aos poucos, insere-se na corrente principal da sociedade. No entanto, é necessário ter em conta a desejabilidade social, bem como o facto de o número de estudantes que respondeu neste sentido ser demasiado baixo. Assim, relativamente à integração profissional, existem alguns obstáculos que ainda terão de ser ultrapassados de forma a quebrar as barreiras existentes na criação de postos de trabalho para pessoas com deficiência. São algumas destas barreiras, a falta de compreensão e também de informação por parte de colaboradores e dos próprios empregadores, resultante da reduzida convivência com deficientes. Outro fator que contribui para que não exista integração neste campo prende-se com as possíveis dificuldades que os deficientes sentem em adaptar-se às funções que lhes são atribuídas (GRACE, 2005).

Neste contexto e passando à segunda pergunta, a maioria dos sujeitos referiu que o deficiente intelectual se encontra num local público, nomeadamente na rua, no autocarro, no jardim, num café, entre outros. Já uma minoria posicionou-o no trabalho ou na universidade. Estes dados indicam, mais uma vez, uma melhoria na mentalidade relativamente à integração social. No entanto, a informação recolhida proveniente dos restantes estudantes remete para a faceta mais dependente e desintegrada da deficiência. Insere-se assim o deficiente na escola, na sala de aula ou em casa, o que analisando esta pergunta individualmente não significa dependência ou desintegração. Contudo, se atendermos à descrição completa contida nas respostas às seis perguntas, já se tornam notórias estas noções, na medida em que o deficiente não se encontra a ter aulas normais, sem acompanhamento ou supervisão. Antes de passarmos à pergunta seguinte, temos as respostas que remetendo para uma vertente mais patológica, vêem o deficiente intelectual no hospital ou numa instituição especializada. Mais uma vez, encontramos evidências da fraca autonomia relacionada à deficiência intelectual, pois os dois locais onde o deficiente é apontado como estando com maior frequência são em sítios públicos e em instituições especializadas. No que diz respeito aos sítios públicos, apesar de estas respostas remeterem para a “normalidade” (ao contrário das que falam de instituições especializadas), se se analisar os dados no geral verifica-se que sendo o deficiente um jovem, não é suposto ser percecionado por 90% dos estudantes como estando acompanhado por familiares e profissionais especializados, mas sim por amigos.

Relativamente aos dados da terceira pergunta, observa-se que uma esmagadora maioria perceciona o deficiente intelectual como estando acompanhado. Embora alguns estudantes tenham criado uma situação na qual este se encontra rodeado de amigos, colegas de faculdade e trabalho, a maior parte demonstrou o lado menos autónomo da deficiência intelectual. Estes participantes descreveram o deficiente como estando acompanhado de familiares, mais precisamente do pai e da mãe, seguindo-se as afirmações nas quais este se encontra com “profissionais formados, como psicólogos, auxiliares, professores” e “médicos terapeutas”. Treze estudantes (7,2%) referiram, ainda neste contexto, que o deficiente está com “pessoas também deficientes intelectuais”, que são “semelhantes a ele”. Como já foi referido

anteriormente, é notório nos nossos resultados a ligação feita por parte dos inquiridos entre a deficiência intelectual e a falta de autonomia, na medida em que com tantos cenários possíveis de imaginar, o deficiente é descrito como estando em casa ou numa instituição especializada, maioritariamente acompanhado por familiares, profissionais e outros deficientes intelectuais. Estes dados vão ao encontro de estudos realizados anteriormente (Estanqueiro, 2014; Valentim & Fernandes, 2012; Valentim, Craveiro, Silva, & Dinis, 2011), visto que a falta de independência é sugerida como sendo um dos principais traços que caracterizam a deficiência intelectual. Apesar das representações sociais destes estudantes apontarem para o deficiente intelectual como sendo um jovem (19,9%), este é também visto como sendo um adulto (12,1%), o que torna ainda mais alarmante esta visão de dependência presente ao longo das respostas. Neste sentido, é possível dizer que existem múltiplas e diferentes definições de deficiência intelectual, mas no geral todas aceitam o deficiente intelectual como alguém que chega à vida adulta e não consegue ser independente.

Ainda relativamente aos dados obtidos com as respostas à terceira pergunta, no grupo de participantes que referiram que o deficiente intelectual se encontra acompanhado de amigos, três inseriram-no no seu grupo. Isto é, para além de percecionarem o deficiente como tendo capacidades de socialização, incluíram-no no seu núcleo de amigos, como sendo seu amigo e estando a conviver consigo. Estas respostas, ainda que dadas por apenas três pessoas, são interessantes, na medida em que os sujeitos mostram uma total aceitação para com a deficiência intelectual.

No que concerne à quarta pergunta, são dois os pólos nos quais as respostas se inserem. Por um lado, referem-se atividades que remetem para *hobbies* e ações rotineiras, como passear, ver televisão, brincar e até mesmo conversar. Por outro, é mais uma vez enfatizada a parte restritiva da deficiência, ao traçar-se um cenário de certo modo preconceituoso, no qual o deficiente está “a realizar movimentos repetitivos e sem lógica aparente”, “a mandar piropos às mulheres que passam”, “a caminhar, de forma alienada e a experienciar uma narrativa interna”, “a babar-se”, “a bater em pessoas aleatoriamente”, “a gritar”, ou simplesmente “nada”. Estudos realizados sobre representações sociais da deficiência intelectual mostram, igualmente resultados que remetem para a passividade como traço caracterizador de uma pessoa deficiente intelectual, na medida em que esta é vista como mostrando um espírito de iniciativa baixo (Estanqueiro, 2014; Fernandes, 2011; Pedrosa, 2015; Valentim & Fernandes, 2012). No geral, as afirmações recolhidas nesta pergunta demonstram a necessidade de se dar a conhecer melhor as capacidades das pessoas com esta deficiência, qualificando-as e dando-lhes significado cultural, mais precisamente no que diz respeito às práticas sociais das mesmas. Por outras palavras, urge a necessidade de desmistificação deste tema, pois a interpretação da sociedade sobre a deficiência intelectual está diretamente relacionada com os valores, perceções e conceções existentes no meio cultural e social (Carvalho & Maciel, 2003).

Neste sentido, as respostas à quinta pergunta remetem para a mudança de pensamento e criação de princípios de aceitação e igualdade referidas por Wilkinson e McGil (2009), dado que cinquenta e quatro estudantes (29,8%) justificaram as ações descritas na resposta anterior com o argumento de que “é normal fazer-se” criando um cenário no qual se poderia trocar o deficiente intelectual por uma pessoa sem deficiência. Ainda assim, trinta e um estudantes fundamentaram as ações descritas anteriormente com afirmações onde o deficiente age em concordância com a sua deficiência, “porque é instável”, “porque não é normal”, “porque não tem noção do que diz ou faz” e, uma vez mais, “porque não tem muita independência”. Estas afirmações remetem para a intempestividade como traço caracterizador da deficiência intelectual (Estanqueiro, 2014; Valentim & Fernandes, 2012; Valentim et al., 2011), encontrado também em algumas das respostas à quarta pergunta, nomeadamente quando o deficiente é descrito como estando a gritar sem razão aparente ou a tecer comentários impróprios a mulheres que passam na rua.

Na mesma pergunta, vinte e nove foram os que, numa perspectiva esperançosa, disseram que o sujeito estava a agir de determinada forma (a maioria tinha escrito anteriormente que este se encontrava a realizar atividades lúdicas), de forma a combater esta falta de autonomia, “a tentar integrar-se e fugir ao estereótipo que o acompanha” e “melhorar a vida”, no geral. Com uma panóplia tão diversificada de informação observa-se, inclusive, a noção de que o deficiente intelectual “tem necessidade que alguém o escute” e “ não se sente como fazendo parte do grupo”, o que se traduz em sentimentos de solidão, exclusão e discriminação, referenciados nas respostas da pergunta seguinte.

Considerando a sexta e última pergunta é possível observar a existência de dois grupos, um que reconhece o deficiente intelectual como tendo sentimentos de felicidade, bem-estar, segurança e esperança e o outro no qual os sentimentos citados são de tristeza, frustração, cansaço, solidão, discriminação, exclusão e, novamente, de dependência. É interessante surgirem respostas que indicam o deficiente intelectual como estando feliz ou entusiasmado, na medida em que o contexto geral remete para conotações mais negativas. No entanto, estes sentimentos são explicados pelo caráter afetivo (“sente-se acarinhado”) associado aos deficientes intelectuais (Estanqueiro, 2014; Fernandes, 2011; Valentim & Fernandes, 2012; Valentim et al., 2011), pois ao longo das várias respostas são referenciados pontos positivos da condição humana (“é alguém igual a todos os outros”, “está a pensar coisas normais porque é normal”). Assim, alguns destes resultados poderão estar influenciados pela desejabilidade social dos participantes, como já foi referido anteriormente. São, também, referidos sentimentos de conforto e segurança, demonstrando que o deficiente intelectual é visto como alguém infantil na medida em que o bem-estar e a tranquilidade passam por estar acompanhado por alguém que cuide dele. Verifica-se, assim, que apesar de parecerem “sentimentos e pensamentos positivos”, quando vistos de uma perspectiva diferente acabam por resultar

em representações sociais que corroboram resultados obtidos em estudos anteriores, remetendo para a falta de capacidade para a integração socioprofissional da pessoa deficiente intelectual (Estanqueiro, 2014; Fernandes, 2011; Pedrosa, 2015).

Ainda nesta pergunta, obtiveram-se respostas nas quais o deficiente se sente discriminado e isolado, o que tendo em conta a informação recolhida nas perguntas anteriores poderá justificar-se pelo facto de a restante sociedade o percecionar como sendo diferente, inadequado e limitado (Fernandes, 2011) o que, segundo Estanqueiro (2014), parece justificar a exclusão social da deficiência intelectual.

Compreendemos, assim, que existe atualmente uma dualidade de mentalidades na nossa sociedade. Isto porque ao longo da presente discussão se torna evidente que as perceções dos estudantes universitários relativamente à deficiência intelectual se encontram divididas entre os que consideram o deficiente intelectual alguém que, apesar das suas limitações, vive a sua vida da forma mais usual possível, e aqueles para quem um deficiente intelectual está submisso à imagem predominante da sua deficiência, tornando-se prisioneiro desta. Esta dualidade de mentalidades é corroborada por outros autores. Por um lado, Toldrá et al. (2010) dizem-nos que a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho reflete as mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, o que se assemelha às perceções dos estudantes inquiridos que remetem para a inclusão socioprofissional da deficiência intelectual. Por outro lado, as perceções dos participantes relativamente à difícil inclusão socioprofissional da pessoa deficiente intelectual vão no sentido de Pedrosa (2015), que refere que as imagens da sociedade relativamente à deficiência intelectual refletem-se numa maior dificuldade de integração socioprofissional destas pessoas. Por último, os nossos resultados remetem para a necessidade de existência de investigações que se debrucem não só no estudo da deficiência intelectual de um modo geral, como também nas questões relativas à formação e integração profissional destas pessoas.

VI - Conclusões

A presente investigação forneceu dados que contribuem para um melhor conhecimento acerca das representações sociais relativamente à deficiência intelectual através da análise das percepções de estudantes universitários acerca de uma pessoa deficiente intelectual.

Assim sendo, constata-se uma enorme variedade de pressupostos errados relativamente a esta temática e verifica-se com a análise dos nossos dados a falta de informação relativamente ao tema discutido. As percepções obtidas refletem o que para os participantes é o dia-a-dia de um deficiente intelectual, as suas rotinas, os seus comportamentos, pensamentos e sentimentos, sendo que algumas destas percepções são representações sociais negativas que dificultam a integração socioprofissional das pessoas deficientes intelectuais. Vemos aqui a deficiência intelectual ainda muito relacionada com comportamentos inadequados, tais como tecer comentários depreciativos, gritar ou discutir sem motivo aparente. Este é um problema geral da nossa sociedade, pois é muito comum a descontextualização de momentos e situações, bem como o desinteresse pelo desconhecido. Neste sentido, é necessário consciencializar a população acerca desta temática, mais precisamente dar a conhecer as capacidades que um deficiente intelectual tem, bem como a mais-valia que estas pessoas podem trazer para a sociedade no sentido de contribuir para a abertura de mentalidades e consequente aceitação.

Todavia, e indo no sentido oposto às informações contidas na revisão de literatura efetuada, encontram-se nos nossos resultados, respostas que remetem para a inclusão social e profissional do deficiente intelectual, pois ainda que por um número muito pequeno de participantes, este é percecionado como tendo amigos com os quais convive, aulas na faculdade às quais assiste e trabalho que lhe proporciona meios de subsistência. Se por um lado a deseabilidade social poderá ser a justificação para estes resultados, por outro podemos estar perante o início de um momento de transformação de mentalidades. Apesar de o nosso estudo ser meramente exploratório e a nossa amostra ter um cariz essencialmente setorial (já que é constituída por um grupo de estudantes universitários da área de ciências sociais e humanas) de onde resulta o facto de não ser possível a generalização dos nossos resultados, encontra-se aqui o que até há um passado não tão longínquo era muito difícil de imaginar – uma possível mudança das representações sociais no que concerne à apreciação das capacidades do deficiente intelectual. Esta mudança contribui para que as organizações comecem a olhar de forma diferente para a deficiência intelectual, criando novos postos de trabalho que atendam às suas capacidades.

Para finalizar, realçamos uma vez mais, a necessidade de um maior esclarecimento e a desmistificação no que diz respeito à deficiência

intelectual, pois apesar de a integração socioprofissional destas pessoas remeter para a necessidade de existência de apoios mais presentes nas suas vidas, não significa que a deficiência continue a ser associada a falta de autonomia e infantilização. Para tal, sugere-se a continuação de estudos acerca das representações sociais relativamente a pessoas deficientes intelectuais, mas com amostras maiores e mais diversificadas, com a certeza de que assim se estará a contribuir para que num futuro próximo estas pessoas sejam, realmente, vistas como merecedoras dos mesmos direitos que a restante população, pois agora sabemos que existe tolerância, mas será que existe aceitação? Estudos posteriores e o decurso de transformação das mentalidades da nossa sociedade o dirão.

Bibliografia

- Albuquerque, E. (2007). *Inclusão de alunos com deficiência nas representações sociais de suas professoras*. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade de Pernambuco.
- Alonso, M., & Schalock, R. (2010). Últimos avances en el enfoque y concepción de las personas con discapacidad intelectual. *Revista Española sobre Discapacidad Intelectual*, 41(4), 7-21.
- American Association of Intellectual and Developmental Disabilities (2012). *Frequently Asked Questions on Intellectual Disability*.
- Aranha, M. S. F. (1995). Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. *Temas em psicologia*, 3(2), 63-70.
- Aranha, M. S. F. (2001). Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, 11(21), 160-173.
- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de género. *Cadernos de pesquisa*, 117(127), 127-147.
- Barnes, C. (1997). “A legacy of oppression: A history of disability in western culture”, in L. Barton (ed.), *Disability, Past, Present and Future*. Leeds: The Disability Press.
- Barnes, C., & Mercer, G. (2005). Disability, work, and welfare challenging the social exclusion of disabled people. *Work, Employment & Society*, 19(3), 527-545.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1991). *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. Penguin UK.
- Bardin, L. (1994). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bezerra, S. S., & Vieira, M. M. F. (2012). Pessoa com deficiência intelectual: a nova “ralé” das organizações do trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, 52(2), 232-244.
- Brewerton, P., & Millward, L. (2001). *Organizational research methods*. London: Sage Publications.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125-137.
- Cahn, M. (1990). *Classics of western philosophy*. Indianapolis: Cambridge.
- Castro, P. (2002). Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. *Análise Social*, 164 (37), 949-979.
- Carvalho, E., & Maciel, A. (2003). Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation-AAMR: sistema 2002. *Temas em Psicologia*, 11(2), 147-156.
- Cezar, K. (2012). *Pessoas com deficiência intelectual: inclusão trabalhista-lei de cotas*. São Paulo: LTr.

- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Devenney, M. J. V. (1997). *The social representations of disability: Fears fantasies and facts*. Tese de doutoramento: University of Cambridge.
- Dias, S., & Oliveira, D. (2013). Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 19(2), 169-182.
- Estanqueiro, V. P. J. (2014). *Representações sociais de estudantes universitários acerca de pessoas com deficiência mental e sua integração socioprofissional*. Dissertação de mestrado: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Eurobarometer 54.2 (2001). *Attitudes of Europeans to disability*. A Report prepared by the European Opinion Research Group (EORG) for the Education and Culture Directorate-General. European Commission.
- Eurobarometer, S. 263 (2007). *Discrimination in the European Union*. Requested by the Directorate-General Employment, Social Affairs and Equal Opportunities and coordinated by the Directorate-General Communication. European Commission.
- Ethos Instituto. (2002). *O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência*. São Paulo.
- Fernandes, C. S. C. (2011). *Representações sociais de profissionais de saúde relativamente a pessoas deficientes mentais e sua integração socioprofissional*. Dissertação de Mestrado: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Garghetti, F. C., Medeiros, J. G., & Nuernberg, A. H. (2013). Breve história da deficiência intelectual. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*, (10).
- Giordano, B. W. (2000). *(D)eficiência e trabalho: analisando suas representações*. São Paulo: Annablume.
- Guhur, M. (1994). A representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 1(2), 75-83.
- GRACE (2005). *A Integração de pessoas com deficiência nas empresas: Como atuar*. Lisboa: GRACE.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Jodelet, D. (1994). Représentations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet, *Les représentations sociales* (p. 31-61). Paris: Presses Universitaires de France.
- Lima, J. (2013). Por uma análise de conteúdo mais fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 47(1).
- Lima, M. P., Tavares, N. V., Brito, M. J., & Cappelle, M. C. (2013). O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 14(2), 42-68.

- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Paixão, D., Almeida, A., & Rosa-Lima, F. (2013). Representações sociais da adolescência por adolescentes e jovens/Social representations of adolescents and young about adolescence. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 278-294.
- Pedrosa., S. B. (2015). *Percepções de profissionais de uma empresa relativamente à integração socioprofissional dos deficientes intelectuais*. Dissertação de mestrado: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Pereira, F. C., & Veríssimo, J. (2008). A mulher na publicidade e os estereótipos de género. In *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da SOPCOM* (pp. 893-904).
- Petrillo, G., & Donizzetti, A. R. (2005). Représentations du mineur, de ses droits et du risque psychosocial. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 65, 59-80.
- Pletsch, M. D., & Glat, R. (2012). A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. *Linhas Críticas*, 18(35), 193-208.
- Redig, A. G. (2013) Inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho: rompendo paradigmas. *VII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial, 1959-1969*.
- Santos, M. F. (2005). A teoria das representações sociais. In M.F. Santos & L.M. Almeida, (Eds.) *Diálogos com a teoria das representações sociais*. (p.13-38). Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Silva, L. M. (2006). O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. *Revista brasileira de educação*, 11(33), 425.
- Silva, M., & Coelho, F. (2014). Da deficiência mental à dificuldade intelectual e desenvolvimental. *Revista Lusófona de Educação*, 28, 163-180.
- SNR (1995), *Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência* (tradução e adaptação portuguesa do documento na ONU), SNR, cadernos n.º 3, Lisboa.
- Spink, M. J. P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 300-308.
- Toldrá, R. C., De Marque, C. B., & Brunello, M. I. B. (2010). Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 21(2), 158-165.

- Tsakanikos, E., Bouras, N., Sturmey, P., & Holt, G. (2006). Psychiatric co-morbidity and gender differences in intellectual disability. *Journal of Intellectual Disability Research*, 50(8), 582-587.
- Tunes, E., Souza, J., & Rangel, B. (1996). Identificando concepções relacionadas à prática com o deficiente mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2(4), 7-18.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais (pp. 101-128)*. Porto: Afrontamento.
- Valentim, J. P., Craveiro, D., Silva, J. R., & Dinis, E. (2011, Fevereiro). *Escola inclusiva em análise: Uma abordagem exploratória às representações sociais sobre a deficiência mental na escola*. Colóquio Internacional Portugal entre Desassossegos e Desafios, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Valentim, J. P., & Fernandes, C. (2012, Julho). *Représentations sociales des personnes handicapées mentales: une étude avec professionnels de santé*. Comunicação oral apresentada ao 9ème Congrès International de Psychologie Sociale de Langue Française, Porto.
- Valentim, J., & Dinis, E. (2014). The Image of Disability Among Intellectually Disabled People. *Papers on Social Representations*, 23(2), 1- 17.
- Veiga, C (2006), *As Regras e as Práticas: Factores Organizacionais e Transformações na Política de reabilitação Profissional das Pessoas com Deficiência*, Cadernos SoNRIPD, n.º 20: Lisboa.
- Veiga, C. V., & Salgado, J. A. (2013). Mexican and Portuguese young students facing disability. A comparative study using social representations. *Convergência – Revista de Ciências Sociais*, 20 (63), 99-124.
- Velde, M., Jansen, P., & Anderson, N. (2004). *Guide to management research methods*. Malden, M.A.: Blackwell Pub.
- Viana, N. (2008). *Senso comum, representações sociais e representações cotidianas*. Baúru: EDUSC.
- Wilkinson, P., & McGill, P. (2009). Representation of people with intellectual disabilities in a British newspaper in 1983 and 2001. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 22(1), 65-76.

Anexos

Anexo I: Categorias, Subcategorias e Exemplos

Questão 1: Quem é?

Dimensão I: Retrato Sociodemográfico

Definição: Percepções relativamente a quem é o deficiente intelectual, numa perspetiva sociodemográfica.

Categorias	Exemplos
Criança	“É uma criança de 9 anos. ” “É uma criança, até 5 anos. ” “É uma criança de 6 anos. ”
Jovem	“Um jovem/adolescente. ” “O deficiente é um jovem de 20 anos que vive numa cidade.” “É um rapaz de 19 anos. ”
Adulto	“Um senhor de meia-idade. ” “Um indivíduo com 42 anos. ” “Mulher, adulta. ”
Sexo Feminino	“Uma jovem. ” “Sexo Feminino. ” “Uma mulher. ” “Uma rapariga. ”
Sexo Masculino	“Chama-se Pedro. ” “ David. ” “Um estranho. ” “ Tio. ”

Dimensão II: Dados relacionais

Definição: Percepções relativamente a quem é o deficiente intelectual em termos de proximidade relacional.

Categorias	Exemplos
Desconhecido	“Uma pessoa a passar por mim na rua.” “Um desconhecido. ” “Um estranho. ”
Conhecido	Amigo/amiga “É um amigo. ” “Minha amiga. ”
	Familiar “É o meu primo. ” “ Irmão. ” “ Tio. ” “É um filho. ”
	Alguém que não é desconhecido “ Antigo aluno da minha mãe.” “Uma pessoa conhecida. ” “ Colega de turma.” “É familiar de um parente meu. ” “Um colega que frequenta o mesmo espaço de ensino embora inserido numa

		turma diferente. “Alguém que acabo de conhecer .”
--	--	---

Dimensão III: Vertentes da deficiência

Definição: Perceções relativamente a quem é o deficiente intelectual tendo em conta características da deficiência.

Categorias	Exemplos
Cadeira de rodas	“Feminino com 15 anos, numa cadeira de rodas .” “ Uma pessoa que está na cadeira de rodas , com olhar vago e vulnerável.”
Esquizofrenia	“Um esquizofrénico de 35 anos, historial de alucinações visuais e auditivas, alcoólico, consumo regular de estupefacientes.” “É um rapaz de 19 anos que sofre de autismo .” “Um menino autista .”
Trissomia 21	“Diria que o mais frequente é ver-se diariamente pessoas com trissomia 21 .” “É um homem com aparente trissomia 21 e com atraso mental evidente, demonstrado com o seu modo de falar.” “É um rapaz com síndrome de Down .”
Invisual	“Um invisual que acaba de sair da ACAPO (associação de cegos na rua dos combatentes)”. “Uma criança de 7 anos, deficiente mental e ainda por cima cega .”

Dimensão IV: Generalização conceitual

Definição: Perceções relativas ao que é ser deficiente intelectual em termos gerais.

Categorias	Exemplos
Igual a todas as outras pessoas	“É uma pessoa como todas as outras .” “É uma pessoa, naturalmente .”
Diferente das pessoas “normais”	“É uma pessoa com atraso mental; anomalias físicas visíveis sobretudo na face; tem um atraso no desenvolvimento, não sendo por isso normal e é permanente.” “Um jovem com características diferentes das pessoas consideradas normais .” “Pessoa com falhas psicológicas que não responde da forma considerada normal .” “Será o indivíduo que estará mas alienado da situação em causa, apresentando possivelmente níveis elevados de excitação embora não entenda a situação como uma pessoa dita normal .”

Definição do conceito	<p>“Alguém com uma restrição física ou psicológica que leva à limitação na execução esperada <i>normal</i> nalgumas áreas de vida (pessoal, social, profissional) e que necessita de recursos.”</p> <p>“Alguém com incapacidades físicas e cognitivas que não consegue fazer o que a maioria das outras pessoas fazem no seu dia-a-dia.”</p> <p>“Pessoa com falhas psicológicas que não responde da forma considerada normal.”</p> <p>“Uma pessoa jovem, podendo ter algumas características físicas particulares e ao nível dos movimentos motores, com alguns tiques/movimentos específicos como abanar a cabeça, dificuldades em movimentar as mãos e andar cambaleante.”</p> <p>“Alguém com algumas incapacidades físicas mentais, que tem dificuldades nas tarefas propostas.”</p> <p>“Alguém pouco independente, com pouca responsabilidade, em que os pais têm necessidade de cuidar dele e olhar por ele.”</p> <p>“Uma pessoa que apresenta dificuldades em conversar, repetitivo no ato de socializar, incapacitado de dar continuidade a uma conversa.”</p>
-----------------------	--

Dimensão V: Integração do deficiente

Definição: Perceções relativas ao deficiente intelectual numa perspetiva socioprofissional.

Categorias	Exemplos
Profissional	<p>“É um funcionário das finanças.”</p> <p>“É um trabalhador da Casa de Chá.”</p>
Estudante	<p>“É um aluno de uma escola secundária.”</p> <p>“É um colega da faculdade.”</p> <p>“É um colega de turma.”</p>

Questão 2: Onde está?

Dimensão VI: Locais onde o deficiente se encontra

Definição: Opiniões acerca do local onde alguém com deficiência intelectual se encontra.

Categorias	Exemplos
Domicílio	<p>“Em casa.”</p> <p>“No jardim da sua casa.”</p> <p>“Em casa dos avós paternos.”</p>
Hospital	<p>“Nas urgências do hospital.”</p> <p>“No hospital, mais precisamente na secção psiquiátrica.”</p> <p>“No hospital.”</p>
Instituição especializada	<p>“Numa instituição especializada.”</p> <p>“Num centro especializado para deficientes.”</p> <p>“Numa instituição para crianças com necessidades educativas”</p>

	especiais.” “Numa instituição própria para as suas dificuldades. ”
Escola	“ Na escola , em contexto de sala de aula.” “ Na sala de aula. ” “ Escola básica pública.” “ No pátio da escola. ”
Universidade	“ Na FPCEUC. ” “ No bar da faculdade. ” “ Na universidade. ”
Trabalho	“ No café de um tio a trabalhar. ” “ Departamento das finanças, a trabalhar. ” “ A trabalhar na casa de chá-jardim da sereia.”
Sítio público	“ No jardim. ” “ Na rua. ” “ Num espaço público. ” “ Num autocarro público. ” “ Encontra-se numa estação de comboios. ” “ Num café ou pastelaria. ” “ No supermercado. ” “ Nos correios. ” “ Nas cantinas. ”

Questão 3: Com quem está?

Dimensão VII: Com quem o deficiente se encontra

Definição: Perceções relativas às relações pessoais e sociais de alguém com deficiência intelectual.

Categorias	Subcategorias	Exemplos
Sozinho		“Está sozinho mas tem pessoas por perto.” “ Sozinho. ” “Embora esteja rodeado de pessoas, encontra-se sozinho. ”
Acompanhado	Deficientes Intelectuais	“Com pessoas também deficientes intelectuais. ” “Com pessoas semelhantes a ele. ” “Colegas com deficiência intelectual. ” “Pessoas com a mesma condição. ”
	Profissionais especializados	“Com profissionais formados, como psicólogos, auxiliares, professores. ” “ Técnicos. ” “Com auxiliares educativos. ” “Com professores de educação especial/fisioterapeutas/psicólogos. ” “ Professora do ensino especial. ” “ Funcionários e grupo de voluntários. ” “Está junto de pessoas formadas para cuidar desde

		gênero de situação. ”
	Famíliares	“Com a mãe , principalmente.” “Com a família .” “Com os pais .” “Com a avó .” “Com a mãe e irmão .”
	Professor/a	“Com uma professora .” “Com colegas e professores .”
	Amigos	“Com os amigos .” “Comigo e com outros amigos .” “Com o meu grupo de amigos .” “Estamos reunidos com amigos .”
	Colegas	“Com os colegas .” “ Colegas de turma.”
	Colegas de trabalho/patrões/clientes	“Está com clientes e com os patrões .” “Encontra-se com os clientes .” “ Outros trabalhadores e clientes .”
	Acompanhado por alguém	“ Acompanhado por uma mulher .” “Alguém conhecido por ele .” “Com um jovem .” “Com outras crianças .” “Pessoa adulta que o acompanha .” “Com um grupo de pessoas .”

Questão 4: O que está a fazer?

Dimensão VIII: O que o deficiente intelectual está a fazer

Definição: Percepções que remetem para as atividades de alguém com deficiência intelectual.

Categorias	Exemplos
Atividades com auxílio	“A ser auxiliado pelo professor.” “ Atividades lúdicas supervisionadas que lhe dão prazer fazer e a fazem desenvolver.” “Pequenos trabalhos manuais com ajuda .” “ Aulas que incluem diversas atividades artísticas e outras formas de se expressar.” “ Tarefas dedicadas ao seu desenvolvimento (pessoal e cultural) e ligadas também ao seu entretenimento e ações com os outros.”
Ações resultantes da deficiência	“Está a realizar movimentos repetitivos e sem lógica aparente .” “A caminhar, de forma vagamente alienada e a experienciar uma narrativa interna .” “A bater em pessoas aleatoriamente .” “Está a falar sozinho, dizendo coisas sem contexto aparente .”

	<p>“Essa mulher fala sozinha e movimenta-se de um lado para o outro sem parar. E também solta risinhos cada vez que vê alguém.”</p> <p>“A brincar com os mesmos objetos, vezes sem conta.”</p>
Tratamento	<p>“Tratamento.”</p> <p>“Tratamento psiquiátrico.”</p>
Nada	<p>“Nada.”</p> <p>“Está quieto.”</p> <p>“Sentada com um olhar vazio e perdido.”</p> <p>“Está simplesmente sentado.”</p>

Dimensão IX: Rotina e lazer

Definição: Percepções que remetem para atividades do dia-a-dia de alguém com deficiência intelectual.

Categorias	Exemplos
Brincar	<p>“A brincar.”</p> <p>“A fazer um jogo.”</p> <p>“A brincar com legos.”</p> <p>“A jogar à bola.”</p>
Admirar/olhar em redor	<p>“A admirar.”</p> <p>“Sentado a ver quem está a passar.”</p> <p>“Está a observar.”</p> <p>“A olhar para os que o rodeiam.”</p> <p>“Olhar para as folhas a caírem.”</p>
Ações de integração social	<p>“Aprende a apanhar o comboio.”</p> <p>“A tomar café.”</p> <p>“Está a fazer desenhos/puzzles e a conviver com os colegas.”</p> <p>“A deslocar-se na baixa da cidade visitando as lojas que pode, pois tem mobilidade reduzida.”</p> <p>“A comportar-se normalmente, aguardando a sua vez.”</p> <p>“A conviver com esses mesmos amigos.”</p> <p>“Vai comprar selos e enviar correspondência.”</p> <p>“Cuidar, ainda que com dificuldades, do seu animal de estimação.”</p> <p>“Típicas atividades destinadas a crianças (desenhar, pintar, puzzles).”</p>
Passear	<p>“A passear.”</p> <p>“A caminhar.”</p> <p>“Estão a sair de casa, vão passear.”</p>
Ver televisão	<p>“Está a ver televisão.”</p> <p>“A ver televisão com a mãe.”</p> <p>“A ver televisão, tentando compreender as imagens.”</p>
Trabalhar	<p>“A desempenhar as funções de empregado de balcão.”</p> <p>“Está a trabalhar e a conversar com as pessoas.”</p>

	“Atender as pessoas/ realizar a sua função enquanto profissional. ”
Conversar	<p>“A conversar com a sua mãe.”</p> <p>“A falar sobre o que gostaria de fazer no futuro.”</p> <p>“Neste momento a conversar e rir na rua.”</p> <p>“A dialogar com as pessoas que o rodeiam, eventualmente, podendo ter momentos de maior silêncio, devido à sua postura mais introspectiva.”</p> <p>“Está a trabalhar e a conversar com as pessoas.”</p> <p>“Socializar, falando de diversos assuntos.”</p> <p>“A conversar e a trocar ideias.”</p>

Questão 5: Porque está a fazer isso?

Dimensão X: Porque é que o deficiente intelectual está a agir de determinada forma

Definição: Opiniões relativas à justificação dos atos de alguém com deficiência intelectual.

Categorias	Exemplos
Ganhar autonomia	<p>“Para conseguir ter um desenvolvimento cognitivo semelhante ao das crianças sem qualquer tipo de deficiência.”</p> <p>“Para poder ganhar autonomia.”</p> <p>“Para desenvolver as suas aptidões cognitivas e físicas.”</p> <p>“Para ser um pouco autónomo e capaz de ter independência.”</p> <p>“Porque é o seu trabalho e este tem como objetivo a sua inserção na sociedade.”</p> <p>“Para que futuramente o consiga fazer sem ajuda.”</p>
Deseja atenção e sente-se excluído	<p>“Porque deseja atenção.”</p> <p>“Porque o irmão não se interessa pelas suas brincadeiras, apesar de ser mais novo.”</p> <p>“Porque ninguém se dirige a ele.”</p> <p>“Tem necessidade que alguém o escute.”</p> <p>“Porque não se sente como fazendo parte do grupo.”</p>
Repercussões da deficiência	<p>“Porque este jovem deficiente intelectual precisa de um maior acompanhamento por parte do professor, e mais individualizado.”</p> <p>“Dificuldade em ver o ponto de vista do outro/em se relacionar pacificamente.”</p> <p>“Porque para ele aqueles movimentos fazem sentido ou então porque não os consegue controlar.”</p> <p>“Porque é inerente à sua deficiência.”</p>
Gosta e sente-se feliz	<p>“Gosta de trabalhar com as mãos.”</p> <p>“Porque ele gosta bastante daquele filme.”</p> <p>“Porque o diverte.”</p>
Porque é normal fazer-se	“ Provavelmente irá de casa para o trabalho (algo que já terá interiorizado).”

	<p>“Porque acabou de vir de algum passeio/visita a um sítio diferente da sua residência actual (vive num centro).”</p> <p>“Necessita de o fazer para chegar ao seu destino.”</p> <p>“Porque é uma pessoa pura e simpática, empática, empática.”</p> <p>“Faz parte da rotina.”</p> <p>“Porque se encontra de férias e resolve ir viajar com o irmão que o convida.”</p> <p>“É um hábito que ele tem, ajuda a concentrar-se.”</p> <p>“Porque é o que normalmente as pessoas fazem quando se encontram, principalmente amigos.”</p> <p>“Porque é habitual.”</p> <p>“Passear é algo normal, todos o podem fazer, e não é por ter uma deficiência que vai deixar de o fazer.”</p>
--	---

Questão 6: O que pensa/sente?

Dimensão XI – Sentimentos e pensamentos positivos

Definição: Percepção sobre o que alguém com deficiência intelectual pensa ou sente.

Categorias	Exemplos
Felicidade	<p>“Feliz pela opção que está a tomar.”</p> <p>“Sente-se feliz, pensando que está a ter uma atitude normal.”</p> <p>“Entusiasmo.”</p> <p>“Está muito feliz por estar a conseguir superar as suas dificuldades.”</p>
Satisfação	<p>“Sente satisfação e sentido de utilidade.”</p> <p>“Satisfação, alegria.”</p> <p>“Sente-se bem e confortável.”</p> <p>“Sente que gostam dela e sente-se bem assim.”</p>
Segurança e conforto	<p>“Sente-se seguro.”</p> <p>“Sente-se ajudado e acarinhado.”</p> <p>“Tranquilidade.”</p>
Esperança	<p>“Que pode ser capaz de ter uma vida normal.”</p> <p>“Confiança de que no futuro será capaz de manter um relacionamento social com um grupo de amigos.”</p> <p>“Que pode aprender coisas novas e úteis para a sua vida futura.”</p>
Pensamentos rotineiros	<p>“Pensa em chegar ao seu destino.”</p> <p>“Provavelmente pensa no que está a fazer.”</p> <p>“Pensa em coisas simples, abstratas talvez e sente de igual forma como todos os seres humanos ditos normais.”</p> <p>“Não pensa nada em concreto. Pensa que jogar à bola a diverte, e a deixa mais feliz.”</p> <p>“Completamente normal porque é uma pessoa como os outros.”</p>

Dimensão XII-Sentimentos e pensamentos negativos

Definição: Percepção sobre o que alguém com deficiência intelectual pensa ou sente.

Categories	Exemplos
Tristeza	<p>“Sente-se triste por estar naquela situação.”</p> <p>“Sente-se triste, pois gostava de fazer o mesmo que as restantes crianças, sentindo-se isolada/discriminada e que é menos que os outros.”</p> <p>“Sente-se contente por passar com o irmão e com a mãe, mas triste por não poder fazer tudo aquilo que os outros fazem ou pelo menos da maneira como o fazem.”</p> <p>“Infelicidade.”</p> <p>“Sente tristeza, pois gostava de ter um amigo.”</p> <p>“Frustração e tristeza pela falta de sensibilidade e tacto social dos restantes colegas.”</p>
Frustração	<p>“Agressividade, por vezes, quando frustrada.”</p> <p>“Sente-se frustrado quando não consegue acertar com a peça.”</p> <p>“Tem o sonho de participar em concursos de pesca, como a irmã. Sente-se triste e revoltado com as suas limitações.”</p> <p>“Uma certa frustração, pois não pode visitar a maioria dos locais históricos, a sua deslocação é muito difícil e a companhia boa, mas muitas vezes sente-se a mais e um peso para o casal.”</p> <p>“Sente-se frustrado porque a falta de visão deixa-o ansioso por nunca conseguir ver nada que o rodeia.”</p>
Falta de autonomia	<p>“Desde que tenha os pais por perto pode ser feliz, pois quando estes falecerem não terá autonomia nenhuma.”</p> <p>“Não consegue fazer algo.”</p> <p>“Impotência.”</p> <p>“Sente que precisa constantemente de ajuda de alguém para fazer algo. Deve sentir-se, também, incapacitado por querer fazer mais, ou pelo menos sozinha, e não conseguir.”</p>
Cansaço	<p>“Que é extremamente difícil mas que com o esforço e a paciência chegará lá. Sente-se, no entanto, exausto.”</p> <p>“Sente-se por vezes um pouco constrangido e cansado de realizar aquela tarefa.”</p> <p>“Que está farto de ver sempre o mesmo canal, o mesmo programa, no mesmo sítio, todos os dias.”</p>
Confusão	<p>“Não percebe exatamente o dinheiro que tem de dar.”</p> <p>“Confusão.”</p>

Solidão, discriminação, exclusão	“ Solidão/exclusão. ” “Sente-se diferente pelo facto de ainda haver muita discriminação.” “ Falta de amor. ” “Sente-se fora do contexto. ” “Que toda a gente à volta olha para ele e sabe que ele é diferente. ” “ Isolada/discriminada. ” “Sente-se desintegrado. ” “ Abandono. ” “ Desamparo. ” “Sente-se sozinho. ”
---	---